

Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ATOS DO IMPRESB

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 01014/2017)

CNPJ:

CEP:

Fax:

Complemento:

00.431.374/0001-61

05.216.802/0001-57

58865-000

58.865-000

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO

PRESIDENTE

Endereço: RUA JOAQUIM RIBEIRO, S/N

Bairro: CENTRO

Telefone (83)3444-2237

camaramunicipalsb@hotmail.com E-mail:

JOSE GARCIA DOS SANTOS Representante

zegarcia.55@hotmail.com E-mail:

Data início da 01/01/2017

CREDOR

Cargo:

Unidade Gestora: IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO CNPJ:

Endereço: AV. TERTULIANO DE BRITO, 845

Bairro: CENTRO CEP:

Telefone: (083) 3444-1372 E-mail: impresb@gmail.com

Representante MARTA RANIERE DA SILVA

CPF: 279.125.404-82

Cargo:

Complemento: E-mail: impresb@gmail.com Data início da 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 673/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO é CREDOR junto ao DEVEDOR CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO da quantia de R\$ 62.577,52 (sessenta e dois mil e quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 05/2016 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 62.577,52 (sessenta e dois mil e quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), será pago em 80 (oitenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 782,22 (setecentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula

A primeira parcela, no valor R\$ 782,22 (setecentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos), vencerá em 30/09/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que o órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0.50% ao mês cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 01014/2017)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

- O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios FPM como garantia de pagamento dos valores:
- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira; b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na
- A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal ao final

São Bento - PB / 21/08/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO JOSE GARCIA DOS SANTOS

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO MARTA RANIERE DA SILVA

INTERVENIENTE-GARANTE: Prefeitura Municipal de São Bento - 09.069.709/0001-18 JARQUES LUCIO DA SILVA II Prefeito CPF: 029.825.074-80 Testemunhas EDGLEY LIVIO BEZERRA DA SILVA JHONATAN PEREIRA DA COSTA



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010 ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01014/2017)

TESOUREIRO CPF: 041.623.734-77 RG: 2.113.136 SECRETARIO EXECUTIVO CPF: 126.505.164-02 RG: 003777982



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 09.069.709/0001-18 Número do acordo: 01014/2017

Ente: Prefeitura Municipal de São Bento / PB

Título PARCELAMENTO CAMARA NAF 095/2017 - PATR - C.SUPL

Lei autorizativa do

673/2017

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (200 meses)

Competência Inicial: 05/2016 Final: 03/2017

58.896,06 Diferença apurada na data de 782,22

Quantidade de Parcelas: 80

62.577,52

Tipo de juros: Simples

Valor da parcela na data de -Critérios de atualização para consolidação do

Taxa de juros: 0,50 am

-Critérios de atualização das parcelas

Taxa de juros: 0,50 am

-Critérios de atualização das parcelas

Índice: IPCA

Taxa de juros: 1,00 am

Tipo de juros: Simples

Tipo de juros: Simples

Multa: 1,00 %

Multa:

Data de consolidação do

Data de vencimento da 1ª

Data de assinatura do Termo:

21/08/2017

21/08/2017

30/09/2017



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP 3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA (VALORES INFORMA) COMPETÊNCIA DIFERENÇA APURADA ÍNDICE(%) VARIAÇÃO(%) ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%) DIFERENÇA ATUALIZADA JUROS MULTA 0.78 05/2016 4.625.67 3,61 166.99 7,00 335,49 5.128,15 06/2016 4.625.67 150.33 0.35 3,25 6,50 310,44 5.086,44 2,71 07/2016 4.625.67 125.36 0.52 6,00 285.06 5.036,09 08/2016 4.702.98 106.29 0.44 2,26 5,50 264.51 5.073,78 09/2016 4.625.67 100.84 0.08 2.18 5.00 236.33 4.962.84 4.926,15 10/2016 4.625.67 0.26 1.91 88.35 212.13 4.50 11/2016 4.625.67 0.18 1,73 80.02 188.23 4.893.92 4.00 5.003,89 12/2016 0,30 1.43 71.56 3.50 177.64 5.253.09 5.161,09 13/2016 1,43 73,80 3,50 183.22 5.418.11 01/2017 4.974,99 0,38 1.04 51.74 3.00 150.80 5.177.53 5.712,74 02/2017 0.71 0.33 40.56 2.50 143.83 5.897.13 5.586,35 03/2017 25.70 112.24 0.25 0.46 2.00 5.724.29 TOTAL: 58.896,06 1.081,54 2.599,92 62.577,52



-		PREVIDÊNICA SOC. Secretaria de Políticas de Previdência Social	IAL	y v		3	V 4
	DEMONSTRATIVO C	ONSOLIDADO D	E PA	RCELAMENTO	- DCP		
4. ASSINATURAS							
ENTE:	Prefeitura Municipal de São Bento / PB - 09.069.709/0001-18						
Representante	029.825.074-80 - JARQUES LUCIO DA SILVA II			Data://	Assinatura:		
UNIDADE GESTORA:	IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BI	ENTO - 05.216.802/0001-	57				
Representante	279.125.404-82 - MARTA RANIERE DA SILVA			Data://	Assinatura:		
TESTEMUNHAS							
		_					
Nome EDGL	EY LIVIO BEZERRA DA SILVA		Nome	JHONATAN PEREIRA	DA COSTA		
Cargo TESO	UREIRO		Cargo	SECRETARIO EXECU	TIVO		
CDE: 044.00	22 724 77		CDF.	100 FOE 104 00			



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01015/2017)

DEVEDOR

Endereco:

Ente Federativo/UF: São Bento/PB

PRACA PEDRO EULAMPIO DA SILVA 52

Bairro: CENTRO

Telefone: (083) 3444-2016
E-mail: tesourariasaobento@gmail.com

Representante JARQUES LUCIO DA SILVA II

CPF: 029.825.074-80

Cargo: Prefeito

E-mail: jarques@hotmail.com

-mail: jarques@hotmail.com

Complemento:

CNPJ:

Fax:

Fax:

Data inicio da 01/01/2017

09.069.709/0001-18

05.216.802/0001-57

58865-000

CREDOR

Unidade Gestora: IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO CNPJ:

Endereço: AV. TERTULIANO DE BRITO, 845

Bairro: CENTRO
Telefone: 833444-1372

E-mail: impresb@gmail.com

Representante MARTA RANIERE DA SILVA

CPF: 279.125.404-82

C----

Cargo: Complemento:

E-mail: impresb@gmail.com Data início da 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 673/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de São Bento da quantia de R\$ 99.951,45 (noventa e nove mil e novecentos e cinquenta e um reais e quarenta e cinco centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 07/2012 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São Bento confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da divida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 99.951,45 (noventa e nove mil e novecentos e cinquenta e um reais e quarenta e cinco centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 499,76 (quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 499,76 (quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), vencerá em 30/09/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A divida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da divida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Divida Aliva.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei n° PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 01015/2017)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilibrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

- O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios FPM como garantia de pagamento dos valores:
- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluidas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
- rorma da legislação do ente.

 A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como divida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vías de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

São Bento - PB / 28/08/2017

Prefeitura Municipal de São Bento JARQUES LUCIO DA SILVA II

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO MARTA RANIERE DA SILVA

Testemunhas

EDGLEY LIVIO BEZERRA DA SILVA TESOUREIRO CPF: 041.623.734-77 RG: 2.113.136 JHONATAN PEREIRA DA COSTA SECRETÁRIO EXECUTIVO CPF: 126.505.164-02 RG: 003777982



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

2. RESULTADO DA RUBRICA

 CNPJ:
 09.069.709/0001-18
 Número do acordo:
 01015/2017
 Data de consolidação do
 24/08/2017

 Ente:
 Prefeitura Municipal de São Bento / PB
 Data de assinatura do Termo:
 28/08/2017

 Título
 PARCELAMENTO PREFEITURA NAF 095/2017 - PATR AUX DOENÇA- SAL MATERNIDADE
 Data de vencimento da 1ª
 30/09/2017

Lei autorizativa do 673/2017

er autorizativa do 073/2017

Rubrica: Contribuição Patronal (200 meses)

Competência Inicial: 07/2012 Final: 03/2017 Quantidade de Parcelas: 2

ferença 89.152,70 Diferença apurada 99.951,

Valor da parcela na data de 499,76

—Critérios de atualização para consolidação do

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa:

Critérios de atualização das parcelas

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 1,00 %



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010 ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP 3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA (VALORES INFORMADOS MANUALMENTE) ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%) COMPETÊNCIA DIFERENÇA APURADA ÍNDICE(%) VARIAÇÃO(%) DIFERENÇA ATUALIZADA JUROS MULTA 07/2012 110,00 0,43 42,34 30,00 45,70 198,04 08/2012 198.00 0.41 37,92 75,08 29.50 80,56 353,64 09/2012 110.00 0.57 37 14 40.85 29 00 43 75 194 60 47.97 28.50 231.26 10/2012 132.00 0.59 36.34 51.29 11/2012 132,00 28,00 228,98 12/2012 66,00 0,79 34,46 22,74 27,50 24,40 113,14 34.46 13/2012 0.00 0.00 27.50 0.00 0.00 01/2013 2.762,54 0,86 33,31 920,20 27,00 994,34 4.677,08 02/2013 1.094,48 32,52 355,92 26,50 384,36 1.834,76 03/2013 116,80 0.47 31,90 37,26 26.00 40.06 194,12 04/2013 163,52 0,55 31,18 50,99 25,50 54,70 269,21 05/2013 163,52 0,37 30,69 50,18 25,00 53,43 267,13 06/2013 233,60 0.26 30,36 70.92 24,50 74.61 379,13 07/2013 186.88 0.03 30.32 56.66 24.00 58.45 301.99 08/2013 116,80 0,24 30,00 35,04 23,50 35,68 187,52 09/2013 70,08 0,35 29,55 20,71 23,00 20,88 111,67 10/2013 163.52 0.57 28.82 47.13 22.50 47,40 258.05 11/2013 163.52 28.12 22.00 0.54 45.98 46.09 255.59 140,16 0,92 26,96 21,50 38,26 216,21 13/2013 0,00 26,96 0,00 21,50 0,00 0,00 01/2014 172.62 0.55 26.26 45.33 21.00 45,77 263.72





				PREVIDENCIA SOCIA Secretaria de Políticas de Previdência Social						
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP										
02/2014	172,62	0,69	25,40	43,85	20,50	44,38	260,85			
03/2014	123,30	0,92	24,25	29,90	20,00	30,64	183,84			
04/2014	147,96	0,67	23,43	34,67	19,50	35,61	218,24			
05/2014	147,96	0,46	22,86	33,82	19,00	34,54	216,32			
06/2014	197,28	0,40	22,37	44,13	18,50	44,66	286,07			
07/2014	123,30	0,01	22,36	27,57	18,00	27,16	178,03			
08/2014	197,28	0,25	22,06	43,52	17,50	42,14	282,94			
09/2014	172,62	0,57	21,36	36,87	17,00	35,61	245,10			
10/2014	145,20	0,42	20,86	30,29	16,50	28,96	204,45			
11/2014	73,98	0,51	20,24	14,97	16,00	14,23	103,18			
12/2014	73,98	0,78	19,31	14,29	15,50	13,68	101,95			
13/2014	0,00		19,31	0,00	15,50	0,00	0,00			
01/2015	0,00	1,24	17,85	0,00	15,00	0,00	0,00			
02/2015	0,00	1,22	16,43	0,00	14,50	0,00	0,00			
03/2015	0,00	1,32	14,91	0,00	14,00	0,00	0,00			
04/2015	0,00	0,71	14,10	0,00	13,50	0,00	0,00			
05/2015	78,60	0,74	13,26	10,42	13,00	11,57	100,59			
06/2015	78,60	0,79	12,38	9,73	12,50	11,04	99,37			
07/2015	131,00	0,62	11,68	15,30	12,00	17,56	163,86			
08/2015	262,00	0,22	11,44	29,97	11,50	33,58	325,55			
09/2015	314,40	0,54	10,84	34,08	11,00	38,33	386,81			
10/2015	235,80	0,82	9,94	23,44	10,50	27,22	286,46			
11/2015	288,20	1,01	8,84	25,48	10,00	31,37	345,05			
12/2015	262,00	0,96	7,81	20,46	9,50	26,83	309,29			





				Secretaria de Política Previdência Social	s de						
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP											
13/2015	0,00		7,81	0,00	9,50	0,00	0,00				
01/2016	174,96	1,27	6,45	11,28	9,00	16,76	203,00				
02/2016	145,80	0,90	5,50	8,02	8,50	13,07	166,89				
03/2016	204,12	0,43	5,05	10,31	8,00	17,15	231,58				
04/2016	233,28	0,61	4,42	10,31	7,50	18,27	261,86				
05/2016	7.388,32	0,78	3,61	266,72	7,00	535,85	8.190,89				
06/2016	7.742,26	0,35	3,25	251,62	6,50	519,60	8.513,48				
07/2016	9.104,33	0,52	2,71	246,73	6,00	561,06	9.912,12				
08/2016	8.421,73	0,44	2,26	190,33	5,50	473,66	9.085,72				
09/2016	7.727,04	0,08	2,18	168,45	5,00	394,77	8.290,26				
10/2016	6.949,09	0,26	1,91	132,73	4,50	318,68	7.400,50				
11/2016	5.734,44	0,18	1,73	99,21	4,00	233,35	6.067,00				
12/2016	5.022,64	0,30	1,43	71,82	3,50	178,31	5.272,77				
13/2016	2.736,33		1,43	39,13	3,50	97,14	2.872,60				
01/2017	6.635,46	0,38	1,04	69,01	3,00	201,13	6.905,60				
02/2017	6.704,49	0,33	0,71	47,60	2,50	168,80	6.920,89				
03/2017	4.706,29	0,25	0,46	21,65	2,00	94,56	4.822,50				
TOTAL:	89.152,70			4.217,66		6.581,09	99.951,45				



		PREVIDÊNCIA SOCIAL Secretaria de Políticas de Previdência Social		
	DEMONSTRATIVO CON	SOLIDADO DE P	ARCELAMENTO -	DCP
4. ASSINATURAS				
ENTE:	Prefeitura Municipal de São Bento / PB - 09.069.709/0001-18			
Representante	029.825.074-80 - JARQUES LUCIO DA SILVA II		Data://	Assinatura:
UNIDADE GESTORA:	IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO	O - 05.216.802/0001-57		
Representante	279.125.404-82 - MARTA RANIERE DA SILVA		Data:/_/	Assinatura:
TESTEMUNHAS				
Nome EDGLE	EY LIVIO BEZERRA DA SILVA	Nom	e JHONATAN PEREIRA DA	A COSTA
Cargo TESO	JREIRO	Carg	o SECRETÁRIO EXECUTIV	/0
CPF: 041.62	3.734-77	CPF	126.505.164-02	



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01230/2017)

CNPJ:

CEP-

09.069.709/0001-18

05.216.802/0001-57

58865-000

DEVEDOR

Endereço:

Ente Federativo/UF: São Bento/PB

PRAÇA PEDRO EULAMPIO DA SILVA.52

Bairro: CENTRO

Telefone: (083) 3444-2016

E-mail: tesourariasaobento@gmail.com Representante JARQUES LUCIO DA SILVA II

CPF: 029.825.074-80

Cargo: Prefeito Complemento:

E-mail: jarques@hotmail.com Data inicio da 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO CNPJ:

Endereço: AV. TERTULIANO DE BRITO, 845

Bairro: CENTRO CEP: 58865-000

Telefone: 833444-1372 Fax:

E-mail: impresb@gmail.com

Representante MARTA RANIERE DA SILVA

CPF: 279.125.404-82

Cargo: Complemento:

E-mail: impresb@gmail.com Data inicio da 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 673/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de São Bento da quantia de R\$ 4.050.852.47 (quatro milhões e cinquenta mil e oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2013 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São Bento confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da divida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluidas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 4.050.852,47 (quatro milhões e cinquenta mil e oltocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 20.254,26 (vinte mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 20.254,26 (vinte mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos), vencerá em 30/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A divida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da divida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Divida Aliva.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei n° PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01230/2017)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial,

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá ratiagiano segundo de la participa de la parti

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

- O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios FPM como garantia de pagamento dos valores:
- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluidas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na

forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como divida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

São Bento - PB / 13/09/2017

Prefeitura Municipal de São Bento JARQUES LUCIO DA SILVA II

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO MARTA RANIERE DA SILVA

Testemunhas

EDGLEY LIVIO BEZERRA DA SILVA TESOUREIRO CPF: 041.623.734-77 RG: 2.113.136

HUGO EMANUEL CAVALCANTE PEREIRA SECRETARIO CPE: 702 811 704-95 RG: 003.343.888



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010 ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

Multa: 1,00 %

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

Índice: IPCA

 CNPJ:
 09.069.709/0001-18
 Número do acordo:
 01230/2017
 Data de consolidação do
 13/09/2017

 Ente:
 Prefeitura Municipal de São Bento / PB
 Data de assinatura do Termo:
 13/09/2017

Titulo PARCELAMENTO PREFEITURA - PATR. C.SUPLEMENTAR - NAF 095/2017 Data de vencimento da 1ª 30/10/2017

Tipo de juros: Simples

Lei autorizativa do 673/2017

2. RESULTADO DA RUBRICA

Competência Inicial: 01/2013 Final: 03/2017 Quantidade de Parcelas: 200

Diferença 3.558.807,25 Diferença apurada 4.050.852,47

Valor da parcela na data de 20.254,26

Critérios de atualização para consolidação do Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa:

Critérios de atualização das parcelas ______

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 1,00 am

—Critérios de atualização das parcelas



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010 ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP 3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA (VALORES INFORMADOS MANUALMENTE) ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%) COMPETÊNCIA DIFERENÇA APURADA ÍNDICE(%) VARIAÇÃO(%) DIFERENÇA ATUALIZADA JUROS MULTA 01/2013 818.64 0.86 274,82 27.50 300.70 1.394.16 33.57 -37.766,80 -12.376,18 -13.538,60 -63.681,58 03/2013 12.260,09 0.47 32.15 3.941,62 26.50 4.293,45 20 495 16 04/2013 11.398.49 0.55 31.43 3.582.55 26.00 3 895 07 18.876.11 55.27 05/2013 33.63 0.37 30.94 10.41 25.50 11.23 -53,26 25,00 -56,83 07/2013 -309.56 0.03 30.56 -94.60 24.50 -99.02 -503.18 5.087.85 8.217.38 08/2013 0.24 30.25 1.539.07 24.00 1.590.46 09/2013 86,21 0,35 29,80 25,69 23,50 26,30 138,20 10/2013 -399,59 0,57 -116,12 23,00 -118,61 -634,32 11/2013 118,10 0,54 28,37 33,51 22,50 34,11 185,72 12/2013 -300.78 0.92 27.20 -81.81 22.00 -84.17 -466.76 -4.555,20 22,00 13/2013 27,20 -1.239,01 -1.274,73 -7.068,94 60.220,41 21,50 16.378,45 02/2014 42.980.93 0.69 25.64 11.020.31 21.00 11.340.26 65.341.50 44,488,80 10.895,31 11.353,74 66,737,85 03/2014 0.92 24,49 20.50 04/2014 43.979,92 0,67 23,66 10.405,65 20,00 10.877,11 65.262,68 43.777,87 10.112,69 19,50 10.508,66 64.399,22 06/2014 43.636,61 0.40 22.60 9.861,87 19.00 10.164.71 63.663.19 07/2014 43.508.08 0.01 22.59 9.828.48 18.50 9.867.26 63,203,82 08/2014 43.435,96 0,25 9.681,88 18,00 9.561,21 62.679,05





				Secretaria de Políticas de Previdência Social			
	DE	MONST	RATIVO CO	ONSOLIDADO DE	PARCE	LAMENTO - DCP	
09/2014	42.761,55	0,57	21,59	9.232,22	17,50	9.098,91	61.092,68
10/2014	44.651,00	0,42	21,09	9.416,90	17,00	9.191,54	63.259,44
11/2014	44.841,43	0,51	20,47	9.179,04	16,50	8.913,38	62.933,85
12/2014	45.719,95	0,78	19,54	8.933,68	16,00	8.744,58	63.398,21
13/2014	49.013,54		19,54	9.577,25	16,00	9.374,53	67.965,32
01/2015	0,00	1,24	18,07	0,00	15,50	0,00	0,00
02/2015	0,00	1,22	16,65	0,00	15,00	0,00	0,00
03/2015	0,65	1,32	15,13	0,10	14,50	0,11	0,86
04/2015	3.285,38	0,71	14,32	470,47	14,00	525,82	4.281,67
05/2015	-3.284,67	0,74	13,48	-442,77	13,50	-503,20	-4.230,64
06/2015	-41,02	0,79	12,59	-5,16	13,00	-6,00	-52,18
07/2015	0,97	0,62	11,90	0,12	12,50	0,14	1,23
08/2015	0,86	0,22	11,65	0,10	12,00	0,12	1,08
09/2015	0,97	0,54	11,05	0,11	11,50	0,12	1,20
10/2015	0,95	0,82	10,15	0,10	11,00	0,12	1,17
11/2015	1,05	1,01	9,05	0,10	10,50	0,12	1,27
12/2015	1,10	0,96	8,01	0,09	10,00	0,12	1,31
13/2015	0,57		8,01	0,05	10,00	0,06	0,68
01/2016	0,47	1,27	6,66	0,03	9,50	0,05	0,55
02/2016	0,39	0,90	5,70	0,02	9,00	0,04	0,45
03/2016	0,00	0,43	5,25	0,00	8,50	0,00	0,00
04/2016	0,00	0,61	4,61	0,00	8,00	0,00	0,00
05/2016	300.556,93	0,78	3,80	11.421,16	7,50	23.398,36	335.376,45
06/2016	300.844,99	0,35	3,44	10.349,07	7,00	21.783,58	332.977,64





				Previdência Social	7						
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP											
07/2016	298.631,99	0,52	2,91	8.690,19	6,50	19.975,94	327.298,12				
08/2016	298.645,63	0,44	2,46	7.346,68	6,00	18.359,54	324.351,85				
09/2016	299.422,75	0,08	2,37	7.096,32	5,50	16.858,55	323.377,62				
10/2016	299.635,80	0,26	2,11	6.322,32	5,00	15.297,91	321.256,03				
11/2016	300.511,82	0,18	1,92	5.769,83	4,50	13.782,67	320.064,32				
12/2016	301.621,95	0,30	1,62	4.886,28	4,00	12.260,33	318.768,56				
13/2016	324.031,51		1,62	5.249,31	4,00	13.171,23	342.452,05				
01/2017	83.415,92	0,38	1,24	1.034,36	3,50	2.955,76	87.406,04				
02/2017	83.900,31	0,33	0,90	755,10	3,00	2.539,66	87.195,07				
03/2017	88.306,91	0,25	0,65	573,99	2,50	2.222,02	91.102,92				
TOTAL:	3.558.807,25			199.068,35		292.976,87	4.050.852,47				



		PREVIDÊNCIA SOCIAL Secretaria de Políticas de Previdência Social			
	DEMONSTRATIVO CO	NSOLIDADO DE PA	ARCELAMENTO -	DCP	
4. ASSINATURAS					
ENTE:	Prefeitura Municipal de São Bento / PB - 09.069.709/0001-18				
Representante	029.825.074-80 - JARQUES LUCIO DA SILVA II		Data://	Assinatura:	
UNIDADE GESTORA:	IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BEN	NTO - 05.216.802/0001-57			
Representante	279.125.404-82 - MARTA RANIERE DA SILVA		Data://	Assinatura:	
TESTEMUNHAS					
Nome EDGLI	EY LIVIO BEZERRA DA SILVA	Nome	HUGO EMANUEL CAVA	LCANTE PEREIRA	
Cargo TESO	UREIRO	Cargo	SECRETARIO		
CPF: 041.62	3.734-77	CPF:	702.811.704-95		



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 01231/2017)

DEVEDOR

Endereço:

Ente Federativo/UF: São Bento/PB

PRACA PEDRO EULAMPIO DA SILVA 52

CENTRO Bairro:

(083) 3444-2016 Telefone:

E-mail: tesourariasaobento@gmail.com Representante JARQUES LUCIO DA SILVA II

029.825.074-80

Prefeito Cargo:

E-mail: jarques@hotmail.com Complemento:

CNP.J:

CEP:

Fax

CEP:

Fax:

Data início da 01/01/2017

09.069.709/0001-18

05 216 802/0001-57

58865-000

58865-000

CREDOR

Unidade Gestora: IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO CNPJ:

Endereco: AV. TERTULIANO DE BRITO, 845

CENTRO Bairro:

Telefone: 833444-1372 impresb@gmail.com E-mail:

Representante MARTA RANIERE DA SILVA 279.125.404-82

CPF:

Cargo: Complemento:

E-mail: impresb@gmail.com Data início da 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 673/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de São Bento da quantia de R\$ 3.139.702,51 (três milhões e cento e trinta e nove mil e setecentos e dois reais e cinquenta e um centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2013 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São Bento confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da divida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 3.139.702.51 (três milhões e cento e trinta e nove mil e setecentos e dois reais e cinquenta e um centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 15.698,51 (quinze mil e seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta e um centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 15.698.51 (quinze mil e seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta e um centavos), vencerá em 30/10/2017 e as ma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A divida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da divida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Aliva.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei n° PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 01231/2017)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% so mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilibrio financeiro e atuariat.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

- O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios FPM como garantia de pagamento dos valores:
- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluidas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

forma da segislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como divida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

São Bento - PB / 14/09/2017

Prefeitura Municipal de São Bento JARQUES LUCIO DA SILVA II

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO MARTA RANIERE DA SILVA

Testemunhas

EDGLEY LIVIO BEZERRA DA SILVA TESOUREIRO CPF: 041.623.734-77 RG: 2 113 136 JHONATAN PEREIRA DA COSTA SECRETARIO EXECUTIVO CPF: 126.505.164-02 RG: 003777982



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

 CNPJ:
 09.069.709/0001-18
 Número do acordo:
 01231/2017
 Data de consolidação do
 14/09/2017

 Ente:
 Prefeitura Municipal de São Bento / PB
 Data de assinatura do Termo:
 14/09/2017

 Título
 PARCELAMENTO PREFEITURA NAF 095/2017 - SEGURADOS
 Data de vencimento da 1ª
 30/10/2017

Lei autorizativa do 673/2017

2. RESULTADO DA RUBRICA

 Rubrica:
 Contribuição dos Segurados (200 meses)

 Competência
 Inicial:
 01/2013
 Final:
 03/2017
 Quantidade de Parcelas:

Diferença 2.581.383,42 Diferença apurada 3.139.702,51

Valor da parcela na data de 15.698,51

—Critérios de atualização para consolidação do

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa:

Critérios de atualização das parcelas

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas

 Índice:
 IPCA
 Taxa de juros:
 1,00 am
 Tipo de juros:
 Simples
 Multa:
 1,00 %



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010 ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP 3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA (VALORES INFORMADOS MANUALMENTE) ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%) COMPETÊNCIA DIFERENÇA APURADA ÍNDICE(%) VARIAÇÃO(%) DIFERENÇA ATUALIZADA JUROS MULTA 01/2013 0,00 0,00 02/2013 49.472.50 0.60 32.77 16.212.14 27.00 17.734.85 83 419 49 03/2013 -18.019.46 0.47 32.15 -5.793.26 26.50 -6.310.37 -30.123.09 -16.698,10 0,55 31,43 -5.248,21 26,00 -5.706,04 -27.652,35 -20,00 25,50 -32,87 06/2013 0.00 0.26 30,60 0.00 25.00 0.00 0.00 -7.00 30,56 -2,14 24,50 -2,24 -11,38 07/2013 0.03 08/2013 0,00 0,24 30,25 0,00 24,00 0,00 0,00 09/2013 22,27 0,35 29,80 6,64 23,50 6,79 35,70 10/2013 0.00 0.57 29.06 0.00 23.00 0.00 0.00 11/2013 29.499,33 0,54 28,37 8.368,96 22,50 8.520,37 46.388,66 12/2013 95.813,53 0,92 27,20 26.061,28 22,00 26.812,46 148.687,27 13/2013 104.102,72 27,20 28.315,94 22,00 29.132,11 161.550,77 01/2014 -41.341.00 0.55 26.50 -10.955.37 21,50 -11 243 72 -63.540.09 02/2014 30.997,91 0,69 25,64 7.947,86 21,00 8.178,61 47.124,38 0,00 20,50 0,00 0,00 04/2014 8.598,34 0,67 23,66 2.034,37 20,00 2.126,54 12.759,25 05/2014 -3.121.87 0.46 23,10 -721,15 19.50 -749,39 -4 592 41 2.597,64 2.677,41 06/2014 11.494,00 0.40 22,60 19,00 16.769,05 11.272,89 0,01 2.546,55 18,50 2.556,60 08/2014 63.998,44 0,25 22,29 14.265,25 18,00 14.087,46 92.351,15





				Secretaria de Políticas de			
				Previdência Social			
	Di	EMONST	RATIVO C	ONSOLIDADO DE	PARCE	LAMENTO - DCP	
09/2014	11.404,46	0,57	21,59	2.462,22	17,50	2.426,67	16.293,35
10/2014	31.464,37	0,42	21,09	6.635,84	17,00	6.477,04	44.577,25
11/2014	19.441,76	0,51	20,47	3.979,73	16,50	3.864,55	27.286,04
12/2014	-34.639,90	0,78	19,54	-6.768,64	16,00	-6.625,37	-48.033,91
13/2014	52.294,67		19,54	10.218,38	16,00	10.002,09	72.515,14
01/2015	0,00	1,24	18,07	0,00	15,50	0,00	0,00
02/2015	35.299,21	1,22	16,65	5.877,32	15,00	6.176,48	47.353,01
03/2015	18.686,99	1,32	15,13	2.827,34	14,50	3.119,58	24.633,91
04/2015	125.072,97	0,71	14,32	17.910,45	14,00	20.017,68	163.001,10
05/2015	-29.105,42	0,74	13,48	-3.923,41	13,50	-4.458,89	-37.487,72
06/2015	115.065,71	0,79	12,59	14.486,77	13,00	16.841,82	146.394,30
07/2015	128.838,50	0,62	11,90	15.331,78	12,50	18.021,29	162.191,57
08/2015	113.635,15	0,22	11,65	13.238,50	12,00	15.224,84	142.098,49
09/2015	114.703,46	0,54	11,05	12.674,73	11,50	14.648,49	142.026,68
10/2015	115.338,07	0,82	10,15	11.706,81	11,00	13.974,94	141.019,82
11/2015	130.437,46	1,01	9,05	11.804,59	10,50	14.935,42	157.177,47
12/2015	95.804,82	0,96	8,01	7.673,97	10,00	10.347,88	113.826,67
13/2015	137.225,53		8,01	10.991,77	10,00	14.821,73	163.039,03
01/2016	1.803,79	1,27	6,66	120,13	9,50	182,77	2.106,69
02/2016	15.703,01	0,90	5,70	895,07	9,00	1.493,83	18.091,91
03/2016	31.564,77	0,43	5,25	1.657,15	8,50	2.823,86	36.045,78
04/2016	62.365,18	0,61	4,61	2.875,03	8,00	5.219,22	70.459,43
05/2016	75.831,32	0,78	3,80	2.881,59	7,50	5.903,47	84.616,38
06/2016	73.944,94	0,35	3,44	2.543,71	7,00	5.354,21	81.842,86





				Secretaria de Políticas de Previdência Social							
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP											
07/2016	58.533,98	0,52	2,91	1.703,34	6,50	3.915,43	64.152,75				
08/2016	73.354,17	0,44	2,46	1.804,51	6,00	4.509,52	79.668,20				
09/2016	76.075,05	0,08	2,37	1.802,98	5,50	4.283,29	82.161,32				
10/2016	151.080,66	0,26	2,11	3.187,80	5,00	7.713,42	161.981,88				
11/2016	151.560,45	0,18	1,92	2.909,96	4,50	6.951,17	161.421,58				
12/2016	152.243,94	0,30	1,62	2.466,35	4,00	6.188,41	160.898,70				
13/2016	150.158,17		1,62	2.432,56	4,00	6.103,63	158.694,36				
01/2017	239,40	0,38	1,24	2,97	3,50	8,48	250,85				
02/2017	-107,72	0,33	0,90	-0,97	3,00	-3,26	-111,95				
03/2017	0,00	0,25	0,65	0,00	2,50	0,00	0,00				
TOTAL:	2.581.383,42			250.040,64		308.278,45	3.139.702,51				



		PREVIDÊNCIA SOCIAL Secretaria de Políticas de Previdência Social		
	DEMONSTRATIVO CON	ISOLIDADO DE PA	ARCELAMENTO -	DCP
4. ASSINATURAS				
ENTE: Representante	Prefeitura Municipal de São Bento / PB - 09.069.709/0001-18 029.825.074-80 - JARQUES LUCIO DA SILVA II		Data://	Assinatura:
UNIDADE GESTORA: Representante	IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENT 279.125.404-82 - MARTA RANIERE DA SILVA	O - 05.216.802/0001-57	Data://	Assinatura:
TESTEMUNHAS				
Nome EDGLE	Y LIVIO BEZERRA DA SILVA	Nome	JHONATAN PEREIRA DA	COSTA
Cargo TESOL CPF: 041.62	JREIRO 3.734-77	Cargo CPF:	SECRETARIO EXECUTIV 126.505.164-02	0



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 01299/2018)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO

RUA JOAQUIM RIBEIRO, S/N

Endereço: CENTRO Bairro:

Telefone: (83)3444-2237

camaramunicipalsb@hotmail.com E-mail: JOSE GARCIA DOS SANTOS Representante

CPF-428.903.814-04

Cargo:

Complemento:

CNPJ:

CEP-

Fax:

CEP:

00.431.374/0001-61

05.216.802/0001-57

58865-000

58.865-000

E-mail: zegarcia.55@hotmail.com Data inicio da 01/01/2017

CREDOR

Telefone:

Unidade Gestora: IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO CNPJ:

AV. TERTULIANO DE BRITO, 845

CENTRO Bairro:

(083) 3444-1372 impresb@gmail.com

MARTA RANIERE DA SILVA Representante

CPF: 279.125.404-82

Cargo:

Complemento: E-mail: impresb@gmail.com Data início da 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 653/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO é CREDOR junto ao DEVEDOR CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO da quantia de R\$ 31.481,86 (trinta e um mil e quatrocentos e oítenta e um reais e oítenta e seis centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 05/2018 a 10/2018, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 31.481,86 (trinta e um mil e quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 524,70 (quinhentos e vinte e quatro reais e setenta centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 524,70 (quinhentos e vinte e quatro reais e setenta centavos), vencerá em 30/12/2018 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei n° LEI 653/2016 - PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01299/2018)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

- O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios FPM como garantia de pagamento dos valores:
- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira; b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

torma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro

a fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal ao final qualificado.

São Bento - PB / 16/11/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO JOSE GARCIA DOS SANTOS

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO MARTA RANIERE DA SILVA

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de São Bento - 09.069.709/0001-18		
JARQUES LUCIO DA SILVA II		
Prefeito		
CPF: 029.825.074-80		
Testemunhas		
EDGLEY LIVIO BEZERRA DA SILVA	HUGO EMANUEL CAVALCANTE PEREIRA	



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010 ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01299/2018)

TESOUREIRO CPF: 041.623.734-77 RG: 2113136

SECRETARIO CPF: 702.811.704-95 RG: 033343888



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

Número do acordo: 01299/2018 CNPJ: 09.069.709/0001-18

Ente: Prefeitura Municipal de São Bento / PB

Título PARCELAMENTO CAMARA - PATRONAL/C.SUPLEMENTAR

Lei autorizativa do

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal

Competência Inicial: 05/2018 Final: 10/2018 Diferença

30.827,21

Diferença apurada

Quantidade de Parcelas: 31.481,86

Tipo de juros: Simples

Tipo de juros: Simples

Valor da parcela na data de 524.70

Critérios de atualização para consolidação do

Indice: INPC Taxa de iuros: 0.50 am

-Critérios de atualização das parcelas

Taxa de juros: 0,50 am Indice: INPC

-Critérios de atualização das parcelas

Índice: INPC

Tipo de juros: Simples Taxa de juros: 0,50 am

Multa:

Multa: 0,50 % Data de consolidação do

Data de vencimento da 1ª

Data de assinatura do Termo:

16/11/2018

30/12/2018





				PREVIDÊNCIA SO Secretaria de Políticas Previdência Social	Company of the Compan			
		EMONST	RATIVO	CONSOLIDADO	DE PARCEL	AMENTO - DCP		
3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA (VA	LORES INFORMADO	and the state of t						
COMPETÊNCIA DIFE	ERENÇA APURADA	NDICE(%) VAR	IAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO JURO	S PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
05/2018	5.135,03	0,43	2,40	123,24	2,50	131,46		5.389,73
06/2018	5.135,03	1,43	0,95	48,78	2,00	103,68		5.287,49
07/2018	5.135,03	0,25	0,70	35,95	1,50	77,56		5.248,54
08/2018	5.135,03	0,00	0,70	35,95	1,00	51,71		5.222,69
09/2018	5.135,03	0,30	0,40	20,54	0,50	25,78		5.181,35
10/2018	5.152,06	0,40	0,00	0,00	0,00	0,00		5.152,06
TOTAL:	30.827,21			264,46		390,19		31.481,86



		PREVIDÊNCIA SOC Secretaria de Políticas de Previdência Social	Catalog Streets			
	DEMONSTRATIVO C	ONSOLIDADO D	E PA	RCELAMENTO	- DCP	
ASSINATURAS						
NTE:	Prefeitura Municipal de São Bento / PB - 09.069.709/0001-18					
epresentante	029.825.074-80 - JARQUES LUCIO DA SILVA II			Data://	Assinatura:	
NIDADE GESTORA:	IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO B	ENTO - 05.216.802/0001	-57			
epresentante	279.125.404-82 - MARTA RANIERE DA SILVA			Data://	Assinatura:	
ESTEMUNHAS						
Nome EDGLEY LIVIO BEZERRA DA SILVA			Nome	HUGO EMANUEL CAVA	ALCANTE PEREIRA	
Cargo TESOUREIRO			Cargo	SECRETARIO		
CPF: 041.623.734-77			CPF:	702.811.704-95		



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010 ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00275/2019)

DEVEDOR

Endereço:

Ente Federativo/UF: São Bento/PB

PRAÇA PEDRO EULAMPIO DA SILVA.52

Bairro: CENTRO

Telefone: (083) 3444-2016 E-mail: tesourariasaobento@gmail.com

Representante JARQUES LUCIO DA SILVA II

CPF: 029.825.074-80

Prefeito Cargo:

E-mail: iarques@hotmail.com Complemento:

CNPJ:

CEP:

Fax:

Data início da 01/01/2017

09 069 709/0001-18

05.216.802/0001-57

58865-000

58865-000

CREDOR Endereco:

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO CNPJ: Unidade Gestora:

AV. TERTULIANO DE BRITO, 845

CEP:

Fax:

Bairro: CENTRO

Telefone: (083) 3444-1372 E-mail: impresb@gmail.com

Representante MARTA RANIERE DA SILVA

CPF: 279.125.404-82

Cargo: Complemento:

E-mail: impresb@gmail.com Data início da 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 653/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de São Bento da quantia de R\$ 838.404,06 (oitocentos e trinta e oito mil e quatrocentos e quatro reais e seis centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 05/2018 a 12/2018, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São Bento confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 838.404,06 (oitocentos e trinta e oito mil e quatrocentos e quatro reais e seis centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 13.973,40 (treze mil e novecentos e setenta e três reais e quarenta centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula

A primeira parcela, no valor R\$ 13.973,40 (treze mil e novecentos e setenta e três reais e quarenta centavos), vencerá em 30/04/2019 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei n° PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00275/2019)

sponsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

- O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios FPM como garantia de pagamento dos valores:
- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira; b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na
- A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

São Bento - PB / 29/03/2019

Prefeitura Municipal de São Bento JARQUES LUCIO DA SILVA II

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO MARTA RANIERE DA SILVA

Testemunhas

EDGLEY LIVIO BEZERRA DA SILVA TESOUREIRO CPF: 041.623.734-77 RG: 2113136

HUGO EMANUEL CAVALCANTE PEREIRA SECRETARIO CPF: 702.811.704-95 RG: 003343888



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 09.069,709/0001-18

Número do acordo: 00275/2019

Data de consolidação do Data de assinatura do Termo: Data de vencimento da 1ª

29/03/2019 29/03/2019 30/04/2019

Título PARCELAMENTO PATRONAL PREFEITURA

Ente: Prefeitura Municipal de São Bento / PB

Lei autorizativa do

653/2016

Quantidade de Parcelas:

838,404.06

Diferença Valor da parcela na data de

2. RESULTADO DA RUBRICA Rubrica: Contribuição Patronal

Competência Inicial: 05/2018 Final: 13/2018

806.923,46

Diferença apurada 13.973,40

-Critérios de atualização para consolidação do

Taxa de juros: 0,50 am

Tipo de juros: Simples

Tipo de juros: Simples

-Critérios de atualização das parcelas

-Critérios de atualização das parcelas

Índice: INPC

Índice: INPC

Taxa de juros: 0,50 am

Taxa de juros: 0,50 am

Tipo de juros: Simples





				PREVIDÊNCIA SO Secretaria de Políticas Previdência Social	to (particularly and to			
				CONSOLIDADO	DE PARCEL	AMENTO - DCP		
ANÇAMENTOS DA RUBRICA (
COMPETENCIA DI	FERENÇA APURADA	ÍNDICE(%) VAR	IAÇAO(%)	ATUALIZAÇÃO JUROS	PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
05/2018	63.000,00	0,43	3,21	2.022,30	4,50	2.926,00		67.948,30
06/2018	94.670,49	1,43	1,75	1.656,73	4,00	3.853,09		100.180,31
07/2018	94.936,93	0,25	1,50	1.424,05	3,50	3.372,63		99.733,61
08/2018	95.317,22	0,00	1,50	1.429,76	3,00	2.902,41		99.649,39
09/2018	95.959,02	0,30	1,19	1.141,91	2,50	2.427,52		99.528,45
10/2018	95.332,52	0,40	0,79	753,13	2,00	1.921,71		98.007,36
11/2018	83.333,42	-0,25	1,04	866,67	1,50	1.263,00		85.463,09
12/2018	82.634,65	0,14	0,90	743,71	1,00	833,78		84.212,14
13/2018	101.739,21		0,90	915,65	1,00	1.026,55		103.681,41
TOTAL:	806.923,46			10.953,91		20.526,69		838.404,06



		PREVIDÊNCIA SOCIAL Secretaria de Políticas de Previdinais Social	- 27 . 70		
	DEMONSTRATIVO CO	NSOLIDADO DE PA	ARCELAMENTO	- DCP	
4. ASSINATURAS					
ENTE:	Prefeitura Municipal de São Bento / PB - 09.069.709/0001-18				
Representante	029.825.074-80 - JARQUES LUCIO DA SILVA II		Data:/_/	Assinatura:	
UNIDADE GESTORA:	IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BEI	NTO - 05.216.802/0001-57			
Representante	279.125.404-82 - MARTA RANIERE DA SILVA		Data://	Assinatura:	
TESTEMUNHAS					
TESTEMONTAS					
	EY LIVIO BEZERRA DA SILVA		HUGO EMANUEL CAV	ALCANTE PEREIRA	
Cargo TESO	UREIRO	Cargo	SECRETARIO		
CDE: 0/1 60	22 724 77	CPF.	702 811 704-95		



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 00464/2019)

CNPJ:

CEP:

CEP:

Fax:

Complemento:

Complemento:

09.069.709/0001-18

05.216.802/0001-57

58865-000

58865-000

DEVEDOR Endereço:

Ente Federativo/UF: São Bento/PB

PRAÇA PEDRO EULAMPIO DA SILVA.52

Bairro: CENTRO

Telefone: (083) 3444-2016

tesourariasaobento@gmail.com E-mail: JARQUES LUCIO DA SILVA II Representante

CPF: 029.825.074-80

Cargo:

E-mail: iarques@hotmail.com

Data início da

01/01/2017

CREDOR Endereco:

Unidade Gestora:

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO CNPJ:

AV. TERTULIANO DE BRITO, 845

CENTRO Bairro:

Telefone: (083) 3444-1372 impresb@gmail.com

MARTA RANIERE DA SILVA Representante

CPF. 279 125 404-82

Cargo

E-mail: impresb@gmail.com 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 673/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de São Bento da quantia de R\$ 35.217,86 (trinta e cinco mil e duzentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 08/2012 a 12/2012, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São Bento confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 35.217.86 (trinta e cinco mil e duzentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 176,09 (cento e setenta e seis reais e nove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Clausula Terceira

A primeira parcela, no valor R\$ 176,09 (cento e setenta e seis reais e nove centavos), vencerá em 30/06/2019 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, será calculado a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas a valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do reparcelamento pelo IPCA acumulado, acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (valor expresso).

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 00464/2019)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

- O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios FPM como garantia de pagamento dos valores:

 a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;

 b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na
- b) das contribuições previdenciarias não incluidas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
 A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a la infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como divida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

São Bento - PB / 08/06/2019

Prefeitura Municipal de São Bento JARQUES LUCIO DA SILVA II

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO MARTA RANIERE DA SILVA

Testemunhas

EDGLEY LIVIO BEZERRA DA SILVA **TESOUREIRO** CPF: 041 623 734-77

RG: 2113136

JHONATAN PEREIRA DA COSTA SECRETARIO EXECUTIVO CPF: 126.505.164-02

RG: 003777982



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP (Reparcelamento) 1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO CNPJ: 09.069.709/0001-18 Número do acordo: 00464/2019 Data de consolidação do 08/06/2019 Ente: Prefeitura Municipal de São Bento / PB Data de assinatura do Termo: 08/06/2019 Título REPARCELAMENTO SEGURADOS - 469 Data de vencimento da 1ª 30/06/2019 2. RESULTADO DA RUBRICA Rubrica: Contribuição dos Segurados (200 meses) Competência Inicial: 08/2012 Final: 12/2012 Valor total 35.217.86 Quantidade de Parcelas: 200 Valor da parcela na data de 176,09 -Critérios de atualização para consolidação do Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa: -Critérios de atualização das parcelas Taxa de juros: Tipo de juros: Simples -Critérios de atualização das parcelas Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 1.00 % 3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA E VALORES PAGOS Rubrica: Contribuição dos Segurados Data de Consolidação do 17/06/2016 Número do Acordo: 00469/2016 Valor Consolidado: 32.978.70 COMPETÊNCIA DIFERENÇA APURADA ÍNDICE(%) VARIAÇÃO(%) ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%) DIFERENÇA ATUALIZADA JUROS MULTA 11,52 3.096,17 06/2016 26.876.48 0.35 5.245.21 35.217.86 26.876,48 3.096,17 5.245,21 35.217.86 LANÇAMENTOS DE VALORES PAGOS





		RATIVO CONS					<u> </u>		
Rubrica: Contribuiçã Índice na data de	o dos Segurados 0,47		Data de Conso	lidação do	17/06/2016	Número o	do	00469/2016	
PARCELA	DATA DO	VALOR PAGO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	FATOR	JUROS	FATOR	FATOR	VALOR AJUSTADO
001	30/09/2016	565,94	80,0	0,00	1,0000	1,50	1,0150	1,01500000	557,58
002	11/11/2016	577,58	0,07	1,67	1,0167	2,50	1,0250	1,04211750	554,24
003	30/09/2016	565,87	0,08	0,00	1,0000	1,50	1,0150	1,01500000	557,51
004	11/11/2016	577,65	0,07	1,67	1,0167	2,50	1,0250	1,04211750	554,30
005	11/11/2016	571,90	0,07	1,67	1,0167	2,50	1,0250	1,04211750	548,79
006	17/02/2017	590,85	0,24	2,30	1,0230	4,00	1,0400	1,06392000	555,35
007	10/03/2017	593,70	0,32	2,54	1,0254	4,50	1,0450	1,07154300	554,06
008	10/04/2017	598,01	0,08	2,86	1,0286	5,00	1,0500	1,08003000	553,70
009	15/05/2017	603,33	0,36	2,94	1,0294	5,50	1,0550	1,08601700	555,54
010	26/06/2017	608,40	-0,30	3,30	1,0330	6,00	1,0600	1,09498000	555,63
011	26/06/2017	608,29	-0,30	3,30	1,0330	6,00	1,0600	1,09498000	555,53



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010 ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

	PREVIDÊNCI Secretoria de Pravidênci	Políticas de		
	DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PA	ARCELAM	MENTO - DCP (Reparcelamento)	
4. ASSINATURAS				
ENTE:	Prefeitura Municipal de São Bento / PB - 09.069.709/0001-18			
Representante	029.825.074-80 - JARQUES LUCIO DA SILVA II		Data:/_/ Assinatura:	
UNIDADE GESTORA:	IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO - 05.216.80	2/0001-57		
Representante	279.125.404-82 - MARTA RANIERE DA SILVA		Data:// Assinatura:	
TESTEMUNHAS				
Nome EDGLE	EY LIVIO BEZERRA DA SILVA	Nome	JHONATAN PEREIRA DA COSTA	
Cargo TESOL	JREIRO	Cargo	SECRETARIO EXECUTIVO	
CPF: 041.62	3.734-77	CPF:	126.505.164-02	



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 00465/2019)

CNP.I:

CEP:

Fax:

CEP:

Fax:

09.069.709/0001-18

05 216 802/0001-57

58865-000

58865-000

DEVEDOR

Endereco:

Ente Federativo/UF: São Bento/PB

PRACA PEDRO EULAMPIO DA SILVA.52

Bairro: CENTRO

Telefone: (083) 3444-2016

E-mail: tesourariasaobento@gmail.com

Representante JARQUES LUCIO DA SILVA II

CPF: 029.825.074-80

Cargo: Prefeito Complemento:

E-mail: jarques@hotmail.com Data início da 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO CNPJ:

Endereço: AV. TERTULIANO DE BRITO, 845

Bairro: CENTRO

Telefone: 833444-1372

E-mail: impresb@gmail.com

Representante MARTA RANIERE DA SILVA

CPF: 279.125.404-82

Cargo: Complemento:

E-mail: impresb@gmail.com Data inicio da 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 673/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de São Bento da quantia de R\$ 33.591,07 (trinta e três mil e quinhentos e noventa e um reais e sete centavos), correspondentes aos valores de Utilização indevida de recursos (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 12/2012 a 12/2012, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São Bento confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da divida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 33.591,07 (trinta e três mil e quinhentos e noventa e um reais e sete centavos), será pago em 70 (setenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 479,87 (quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 479,87 (quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos), vencerá em 30/06/2019 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A divida objeto do reparcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da divida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Divida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, será calculado a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas a valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do reparcelamento pelo IPCA acumulado, acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (valor expresso).

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 00465/2019)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilibrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acrescimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mes), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1.00% (um por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

- O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios FPM como garantia de pagamento dos valores:
- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira; b) das contribuições previdenciárias não incluidas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na
- forma da legislação do ente.

 A vinculação será formatizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como divida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

São Bento - PB / 09/06/2019

Prefeitura Municipal de São Bento JARQUES LUCIO DA SILVA II

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO MARTA RANIERE DA SILVA

Testemunhas

EDGLEY LIVIO REZERRA DA SILVA **TESOUREIRO** CPF: 041.623.734-77 RG: 2113136

JHONATAN PEREJRA DA COSTA SECRETARIO EXECUTIVO CPF: 126.505.164-02 RG: 003777982



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP (Reparcelamento)

Data de consolidação do

Data de vencimento da 1ª

Data de assinatura do Termo-

479.87

09/06/2019

09/06/2019

30/06/2019

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

2. RESULTADO DA RUBRICA

CNPJ: 09.069.709/0001-18 Número do acordo: 00465/2019

Ente: Prefeitura Municipal de São Bento / PB

Título REPARCELAMENTO UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE RECURSOS - 472

Lei autorizativa do 673/2017

Rubrica: Utilização indevida de recursos (200 meses) Competência Inicial: 12/2012 Final: 12/2012

Valor total 33.591.07 Quantidade de Parcelas: 70 Valor da parcela na data de

Critérios de atualização para consolidação do

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa:

-Critérios de atualização das parcelas

Tipo de juros: Simples

-Critérios de atualização das parcelas

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 1,00 %

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA E VALORES PAGOS

Rubrica: Utilização indevida de recursos

Data de Consolidação do

COMPETÊNCIA DIFERENÇA APURADA INDICE(%) VARIAÇÃO(%) ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%) **JUROS** MULTA 11,52 2.953,15 0,35 06/2016 25.634.99 5.002,93 33.591.07 TOTAL: 2.953,15 5.002,93 25.634.99 33.591,07

LANÇAMENTOS DE VALORES PAGOS





				ecretaria de Políticas de Previdência Social					
	DEMONST	RATIVO CONS	OLIDADO	DE PARCE	LAMENTO -	DCP (Re	eparcela	mento)	
Rubrica: Utilização ir Índice na data de	ndevida de recursos 0,47		Data de Conso	lidação do	16/06/2016	Número d	lo	00472/2016	
PARCELA	DATA DO	VALOR PAGO	ÍNDICE(%)	<u>VARIAÇÃO</u>	FATOR	JUROS	FATOR	FATOR	VALOR AJUSTADO
001	30/09/2016	539,80	0,08	0,00	1,0000	1,50	1,0150	1,01500000	531,82
002	11/11/2016	550,90	0,07	1,67	1,0167	2,50	1,0250	1,04211750	528,64
003	30/09/2016	539,74	0,08	0,00	1,0000	1,50	1,0150	1,01500000	531,76
004	11/11/2016	550,96	0,07	1,67	1,0167	2,50	1,0250	1,04211750	528,69
005	11/11/2016	545,48	0,07	1,67	1,0167	2,50	1,0250	1,04211750	523,43
006	17/02/2017	563,55	0,24	2,30	1,0230	4,00	1,0400	1,06392000	529,69
007	10/03/2017	566,28	0,32	2,54	1,0254	4,50	1,0450	1,07154300	528,47
008	10/04/2017	570,40	0,08	2,86	1,0286	5,00	1,0500	1,08003000	528,13
009	15/05/2017	575,45	0,36	2,94	1,0294	5,50	1,0550	1,08601700	529,87
010	26/06/2017	580,28	-0,30	3,30	1,0330	6,00	1,0600	1,09498000	529,95
011	26/06/2017	580,19	-0,30	3,30	1,0330	6,00	1,0600	1,09498000	529,86
TOTAL:	_	6.163,03						_	5.820,33
TOTAL GERAL:		6.163,03							5.820,33



		PREVIDÊNCIA SOCIAL Secretaria de Púlitose de Previdência Social		
	DEMONSTRATIVO CONSOLIDA	DO DE PARCELAN	IENTO - DCP (Re	parcelamento)
4. ASSINATURAS				
ENTE:	Prefeitura Municipal de São Bento / PB - 09.069.709/0001-18			
Representante	029.825.074-80 - JARQUES LUCIO DA SILVA II		Data:/_/	Assinatura:
UNIDADE GESTORA:	IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BEN	TO - 05.216.802/0001-57		
Representante	279.125.404-82 - MARTA RANIERE DA SILVA		Data://	Assinatura:
TESTEMUNHAS				
Nome EDGLI	EY LIVIO BEZERRA DA SILVA	Nome	JHONATAN PEREIRA DA	COSTA
Cargo TESO	JREIRO	Cargo	SECRETARIO EXECUTIV	/0
CPF: 041 62	3 734-77	CPE	126 505 164-02	



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 00466/2019)

DEVEDOR

Endereço:

Bairro:

Ente Federativo/UF:

PRAÇA PEDRO EULAMPIO DA SILVA.52

CENTRO

(083) 3444-2016 Telefone:

E-mail: tesourariasaobento@gmail.com Representante JARQUES LUCIO DA SILVA II

029.825.074-80 CPF:

Cargo: Prefeito

E-mail: jarques@hotmail.com Complemento:

CNPJ:

CEP:

Fax:

CEP:

Fax:

Data inicio da 01/01/2017

CREDOR Endereço:

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO CNPJ: Unidade Gestora:

05.216.802/0001-57

58865-000

09.069.709/0001-18

58865-000

Bairro:

AV. TERTULIANO DE BRITO, 845 CENTRO

(083) 3444-1372 Telefone:

impresb@gmail.com

Representante MARTA RANIERE DA SILVA

CPF: 279.125.404-82

Cargo:

E-mail:

E-mail: impresb@gmail.com Complemento:

Data início da 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 673/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo

O IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO é CREDOR junto ao DEVEDOR Municipios de São Bento da quantia de R\$ 10.233.547,79 (dez milhões e duzentos e trinta e três mil e quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 07/2012 a 04/2016, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São Bento confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

O montante de R\$ 10.233.547,79 (dez milhões e duzentos e trinta e três mil e quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 51.167,74 (cinquenta e um mil e cento e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 51.167,74 (cinquenta e um mil e cento e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos), vencerá em 30/06/2019 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, será calculado a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas a valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do reparcelamento pelo IPCA acumulado, acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (valor expresso).

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00466/2019)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

- O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios FPM como garantia de pagamento dos valores:
 a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
 b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na

forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

São Bento - PB / 10/06/2019

Prefeitura Municipal de São Bento JARQUES LUCIO DA SILVA II

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO MARTA RANIERE DA SILVA

Testemunhas

EDGLEY LIVIO BEZERRA DA SILVA TESOUREIRO CPF: 041.623.734-77 RG: 2113136

JHONATAN PEREIRA DA COSTA SECRETARIO EXECUTIVO CPF: 126.505.164-02 RG: 003777982



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP (Reparcelamento)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 09.069.709/0001-18

Número do acordo: 00466/2019

Data de consolidação do

10/06/2019

Ente: Prefeitura Municipal de São Bento / PB

Título REPARCELAMENTO PATRONAL - 467 - 468

10/06/2019

Lei autorizativa do

673/2017

Data de vencimento da 1ª

30/06/2019

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (200 meses)

Competência Inicial: 07/2012 Final: 04/2016

Valor total

10.233.547.79

Quantidade de Parcelas: 200

Valor da parcela na data de

51.167.74

Critérios de atualização para consolidação do

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am

Tipo de juros: Simples Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas

Índice: IPCA

Taxa de juros: 0,50 am

-Critérios de atualização das parcelas

Índice: IPCA

Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples

1,00 % Multa:



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP (Reparcelamento) 3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA E VALORES PAGOS Rubrica: Contribuição Patronal Data de Consolidação do 16/06/2016 Número do Acordo: 00468/2016 Valor Consolidado: 8.917.501.33 ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%) DIFERENÇA ATUALIZADA DIFERENÇA APURADA VARIAÇÃO(%) ÍNDICE(%) COMPETÊNCIA JUROS MULTA 1.507.381,39 10.120.989,36 7.723.823,50 889.784,47 TOTAL: 7.723.823,50 889.784,47 1.507.381,39 10.120.989,36 Rubrica: Contribuição Patronal (240 meses) Data de Consolidação do 17/06/2016 Número do Acordo: 00467/2016 Valor Consolidado: 93.801.81 ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%) DIFERENÇA APURADA VARIAÇÃO(%) DIFERENÇA ATUALIZADA COMPETÊNCIA ÍNDICE(%) JUROS 06/2016 9.895,55 16.764,02 112.558,43 TOTAL: 9.895,55 16.764,02 112.558,43 TOTAL GERAL: 10.233.547,79 LANÇAMENTOS DE VALORES PAGOS Rubrica: Contribuição Patronal Data de Consolidação do 16/06/2016 00468/2016 Número do Índice na data de PARCELA ÍNDICE(%) VARIAÇÃO VALOR AJUSTADO DATA DO VALOR PAGO FATOR JUROS FATOR **FATOR** 001 30/09/2016 153.030.64 0.08 0,00 1.0000 1,50 1,0150 1.01500000 150 769 10 002 11/11/2016 156.175,72 0,07 1,67 1.0167 2,50 1.0250 1,04211750 149.863.83 003 11/11/2016 156,196,10 0,07 1,67 1,0167 2,50 1.0250 1,04211750 149.883.39 004 11/11/2016 157.339,25 0,07 1,67 1,0167 2,50 1,0250 1,04211750 150.980.34 005 09/12/2016 148.878,62 0,14 1,74 1,0174 3,00 1,0300 1.04792200 142.070.33 006 17/02/2017 159.763,35 0,24 2.30 1.0230 4,00 1.0400 1.06392000 150.164.82





007	DEMONSTR					,			149,725,20
007	10/04/2017	161.707,71	0,08	2,86	1,0286	5,00	1,0500	1,08003000	
008	15/05/2017	163.142,38	0,36	2,94	1,0294	5,50	1,0550	1,08601700	150.220,83
TOTAL:		1.256.233,77							1.193.677,83
Rubrica: Contribuiçã ndice na data de	io Patronal (240 meses) 0,47		Data de Conso	lidação do	17/06/2016	Número de	0	00467/2016	
PARCELA	DATA DO	VALOR PAGO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	FATOR	JUROS	FATOR	FATOR	VALOR AJUSTADO
001	30/09/2016	402,42	0,08	0,00	1,0000	1,50	1,0150	1,01500000	396,47
002	11/11/2016	410,70	0,07	1,67	1,0167	2,50	1,0250	1,04211750	394,10
003	30/09/2016	402,38	0,08	0,00	1,0000	1,50	1,0150	1,01500000	396,43
004	11/11/2016	410,74	0,07	1,67	1,0167	2,50	1,0250	1,04211750	394,14
005	11/11/2016	406,66	0,07	1,67	1,0167	2,50	1,0250	1,04211750	390,22
006	17/02/2017	420,13	0,24	2,30	1,0230	4,00	1,0400	1,06392000	394,89
007	10/03/2017	422,17	0,32	2,54	1,0254	4,50	1,0450	1,07154300	393,98
008	10/04/2017	425,24	0,08	2,86	1,0286	5,00	1,0500	1,08003000	393,73
009	15/05/2017	429,00	0,36	2,94	1,0294	5,50	1,0550	1,08601700	395,02
010	26/06/2017	432,61	-0,30	3,30	1,0330	6,00	1,0600	1,09498000	395,08
011	26/06/2017	432,54	-0,30	3,30	1,0330	6,00	1,0600	1,09498000	395,02
012	21/09/2017	438,30	-0,02	3,14	1,0314	7,50	1,0750	1,10875500	395,31
013	21/09/2017	438,21	-0,02	3,14	1,0314	7,50	1,0750	1,10875500	395,23
014	21/09/2017	438,11	-0,02	3,14	1,0314	7,50	1,0750	1,10875500	395,14
015	21/09/2017	433,64	-0,02	3,14	1,0314	7,50	1,0750	1,10875500	391,11
016	19/10/2017	435,45	0,37	3,12	1,0312	8,00	1,0800	1,11369600	391,00
017	28/11/2017	467,46	0,18	3,49	1.0349	8,50	1,0850	1,12286650	416,31



			Secri	IDÊNCIA SOCI etaria de Políticas de revidência Social	4L				
	DEMONSTR	ATIVO CONSC	LIDADO D	E PARCE	LAMENTO	- DCP (R	eparcelai	mento)	
019	20/02/2018	451,76	0,18	4,16	1,0416	10,00	1,1000	1,14576000	394,29
020	10/04/2018	457,93	0,21	4,41	1,0441	11,00	1,1100	1,15895100	395,12
TOTAL:		8.596,55						-	7.902,95
TOTAL GERAL:		1,264,830,32							1.201.580,78



		PREVIDÊNCIA SOCIAL		
		Secretaria de Políticas de Previdência Social		
	DEMONSTRATIVO CONSOLIDA	ADO DE PARCELAN	MENTO - DCP (Reparcelamento)	
4. ASSINATURAS				
ENTE:	Prefeitura Municipal de São Bento / PB - 09.069.709/0001-18			
Representante	029.825.074-80 - JARQUES LUCIO DA SILVA II		Data: _/_/ Assinatura:	
UNIDADE GESTORA:	IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BEI	NTO - 05.216.802/0001-57		
Representante	279.125.404-82 - MARTA RANIERE DA SILVA		Data://	
TESTEMUNHAS				
TESTEMONIAS				
Nome EDGL	EY LIVIO BEZERRA DA SILVA	Nome	ie JHONATAN PEREIRA DA COSTA	_
Cargo TESO	UREIRO	Cargo	o SECRETARIO EXECUTIVO	
CPF: 041.62	23.734-77	CPF:	: 126.505.164-02	



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00351/2020)

CNPJ:

CEP:

Fax:

09.069.709/0001-18

58865-000

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: São Bento/PB

Endereco: PRAÇA PEDRO EULAMPIO DA SILVA.52 Bairro: CENTRO

Telefone: (083) 3444-2016

E-mail: tesourariasaobento@gmail.com Representante JARQUES LUCIO DA SILVA II

029.825.074-80 CPF: Prefeito Cargo:

Complemento: E-mail: iarques@hotmail.com Data início da 01/01/2017

CREDOR

E-mail:

Unidade Gestora: IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO CNPJ:

05.216.802/0001-57

Endereço: AV. TERTULIANO DE BRITO, 845

impresb@gmail.com

Bairro: CENTRO CEP: 58865-000 (083) 3444-1372 Telefone: Fax:

E-mail: impresb@gmail.com MARTA RANIERE DA SILVA Representante

CPF 279.125.404-82

Cargo: Complemento:

Data início da 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 653/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de São Bento da quantia de R\$ 572.088,42 (quinhentos e setenta e dois mil e oitenta e oito realis e quarenta e dois centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 08/2019 a 12/2019, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São Bento confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

O montante de R\$ 572.088.42 (quinhentos e setenta e dois mil e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 9.534,81 (nove mil e quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos) atualizadas de acordo com o disposto na

A primeira parcela, no valor R\$ 9.534,81 (nove mil e quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), vencerá em 30/07/2020 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento alravés dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 653/2016.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 00351/2020)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilibrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;

b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na

b) das contribuições previdenciarias filo includas fieste cirilo de accida de parcilation o mais pegas de servidores previdenciarias filo includas fieste cirilo de accida de parcilation o mais pegas de servidores percilarias filosoficiales filoso acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

São Bento - PB / 25/06/2020

Prefeitura Municipal de São Bento JARQUES LUCIO DA SILVA II

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO MARTA RANIERE DA SILVA

Testemunhas

EDGLEY LIVIO BEZERRA DA SILVA TESOURFIRO CPF: 041.623.734-77 RG: 2.113.136

JHONATAN PEREIRA DA COSTA SECRETARIO EXECUTIVO CPF: 126.505.164-02 RG: 003.772.982



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

Número do acordo: 00351/2020 CNPJ: 09.069.709/0001-18

Ente: Prefeitura Municipal de São Bento / PB

Título PATRONAL/ CUST. SUPLEMENTAR PREFEITURA

653/2016 Lei autorizativa do

2. RESULTADO DA RUBRICA Rubrica: Contribuição Patronal

Competência Inicial: 08/2019 Final: 13/2019

Diferença

547.763,78 **Diferença apurada** a data de 9.534,81

572.088.42

Quantidade de Parcelas:

Tipo de juros: Simples

Tipo de juros: Simples

Valor da parcela na data de Critérios de atualização para consolidação do

Taxa de juros: 0,50 am Índice: INPC

Critérios de atualização das parcelas

Índice: INPC Taxa de juros: 0,50 am

-Critérios de atualização das parcelas

Índice: INPC

Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa: 0.50 %

Multa:

Data de consolidação do

Data de vencimento da 1ª

Data de assinatura do Termo:

25/06/2020

30/07/2020



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP 3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA (VALORES INFO ÍNDICE(%) VARIAÇÃO(%) ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%) COMPETÊNCIA DIFERENÇA APURADA JUROS MULTA 08/2019 86.472,51 0,12 1,82 1.573,80 3.962,08 92.008,39 09/2019 86.136,65 -0,05 1,87 1.610,76 4,00 3.509,90 91.257,31 10/2019 86.581,54 0,04 1,83 1.584,44 3,50 3.085,81 91.251,79 11/2019 91.414,37 0,54 1,28 1.170,10 3,00 2.777,53 95.362,00 12/2019 91.230,17 1,22 0,06 54,74 2,50 2.282,12 13/2019 105.928,54 0,06 63,56 2,50 2.649,80 TOTAL: 547.763,78 6.057,40 18.267,24 572.088,42



a angle a		PREVIDENCIA SOCIAL Secretaria de Políticas de Previdência Social			
	DEMONSTRATIVO C	ONSOLIDADO DE PA	RCELAMENTO	- DCP	
4. ASSINATURAS					
ENTE:	Prefeitura Municipal de São Bento / PB - 09.069.709/0001-18				
Representante	029.825.074-80 - JARQUES LUCIO DA SILVA II		Data://	Assinatura:	
UNIDADE GESTORA:	IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO B	ENTO - 05.216.802/0001-57			
Representante	279.125.404-82 - MARTA RANIERE DA SILVA		Data://	Assinatura:	
TESTEMUNHAS					
Nome EDGLI	EY LIVIO BEZERRA DA SILVA	Nome	JHONATAN PEREIRA	DA COSTA	
Cargo TESO	UREIRO	Cargo	SECRETARIO EXECU	TIVO	
CPF: 041 62	23 734-77	CPF:	126.505.164-02		



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 00352/2020)

DEVEDOR

Endereco:

Representante CPF:

Ente Federativo/UF: São Bento/PB

CNPJ:

09.069.709/0001-18

Bairro: CENTRO

CEP: Fax: 58865-000

Telefone: (083) 3444-2016
E-mail: tesourariasaoben

tesourariasaobento@gmail.com JARQUES LUCIO DA SILVA II

jarques@hotmail.com

PRACA PEDRO EULAMPIO DA SILVA.52

029.825.074-80

Cargo: Prefeito

Complemento: Data início da

01/01/2017

CREDOR

E-mail:

Unidade Gestora: IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO CNPJ:

05.216.802/0001-57

58865-000

Endereço: AV. TERTULIANO DE BRITO, 845

Bairro: CENTRO

CEP:

Fax:

 Telefone:
 (083) 3444-1372

 E-mail:
 impresb@gmail.com

Representante MARTA RANIERE DA SILVA
CPF: 279.125.404-82

Cargo:

Complemento:

E-mail: impresb@gmail.com

Data início da 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 653/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de São Bento da quantia de R\$ 115.069,54 (cento e quinze mil e sessenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2018 a 10/2019, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São Bento confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 115.069,54 (cento e quinze mil e sessenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.917,83 (hum mil e novecentos e dezessete reais e oitenta e três centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terreira

A primeira parcela, no valor R\$ 1.917,83 (hum mil e novecentos e dezessete reais e oitenta e três centavos), vencerá em 30/07/2020 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 653/2016 - PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00352/2020)

responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,50% (zero virgula cinquenta por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCUI AÇÃO DO FPM

- O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios FPM como garantia de pagamento dos valores:
- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira; b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na

b) das contribuições previdendadas had includes neste termo de acordo de parcelante o mai paga do ser paga do ser paga do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

São Bento - PB / 26/06/2020

Prefeitura Municipal de São Bento JARQUES LUCIO DA SILVA II

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO MARTA RANIERE DA SILVA

Testemunhas

EDGLEY LIVIO BEZERRA DA SILVA **TESOUREIRO** CPF: 041.623.734-77 RG: 2.113.136

JHONATAN PEREJRA DA COSTA SECRETARIO EXECUTIVO CPF: 126.505.164-02 RG: 003.772.982



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

Número do acordo: 00352/2020 CNPJ: 09.069.709/0001-18

Ente: Prefeitura Municipal de São Bento / PB

Título PAT/CUST.SUPL. - AUXILIO DOENÇA E SALÁRIO MATERNIDADE

Lei autorizativa do

653/2016

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal

Competência Inicial: 01/2018 Final: 10/2019

100.692,97 Diferença apurada a data de 1.917,83

Quantidade de Parcelas:

115.069,54

Tipo de juros: Simples

Tipo de juros: Simples

Tipo de juros: Simples

Valor da parcela na data de

-Critérios de atualização para consolidação do

Índice: INPC Taxa de juros: 0,50 am

Critérios de atualização das parcelas
Índice: INPC Taxa de juros: 0,50 am

—Critérios de atualização das parcelas

Taxa de juros: 0,50 am

0,50 % Multa:

Multa:

Data de consolidação do

Data de vencimento da 1ª

Data de assinatura do Termo:

26/06/2020

26/06/2020

30/07/2020





				PREVIDÊNCIA S Secretaria de Política Previdência Socia				
		DEMONST	RATIVO	CONSOLIDADO	DE PARCEL	AMENTO - DCP		
ANÇAMENTOS DA	RUBRICA (VALORES INFORMAC	OS MANUALMEN	ITE)					
COMP	ETÊNCIA DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%) VAR	NAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO JURC	OS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/	/2018 5.676,88	0,23	7,89	447,91	14,00	857,47		6.982,26
02	/2018 5.598,62	0,18	7,69	430,53	13,50	813,94		6.843,09
03/	/2018 6.563,64	0,07	7,62	500,15	13,00	918,29		7.982,08
04/	/2018 6.643,18	0,21	7,39	490,93	12,50	891,76		8.025,87
05/	/2018 8.048,63	0,43	6,93	557,77	12,00	1.032,77		9.639,17
06/	/2018 5.773,62	1,43	5,42	312,93	11,50	699,95		6.786,50
07/	2018 3.708,12	0,25	5,16	191,34	11,00	428,94		4.328,40
08/	/2018 4.587,57	0,00	5,16	236,72	10,50	506,55		5.330,84
09/	/2018 3.159,31	0,30	4,85	153,23	10,00	331,25		3.643,79
10/	/2018 4.780,98	0,40	4,43	211,80	9,50	474,31		5.467,09
11/	2.920,31	-0,25	4,69	136,96	9,00	275,15		3.332,42
12/	2018 2.368,26	0,14	4,54	107,52	8,50	210,44		2.686,22
13/	218,38		4,54	9,91	8,50	19,40		247,69
01/	2019 2.214,35	0,36	4,17	92,34	8,00	184,54		2,491,23
02/	2019 3.358,88	0,54	3,61	121,26	7,50	261,01		3.741,15
03/	2019 3.109,66	0,77	2,82	87,69	7,00	223,81		3.421,16
04/	2019 3.234,76	0,60	2,20	71,16	6,50	214,88		3.520,80
05/	2019 3.230,00	0,15	2,05	66,22	6,00	197,77		3.493,99
06/	2019 3.108,47	0,01	2,04	63,41	5,50	174,45		3.346,33
07/	2019 3.929,45	0,10	1,94	76,23	5,00	200,28		4.205,96
08/	2019 6.222,56	0,12	1,82	113,25	4,50	285,11		6.620,92



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010 ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Secretaria de Políticas de

				Secretaria de Política Previdência Social	s de		
	D	EMONST	RATIVO CO	NSOLIDADO	DE PARCELA	AMENTO - DCP	
09/2019	6.384,19	-0,05	1,87	119,38	4,00	260,14	6.763,71
10/2019	5.853,15	0,04	1,83	107,11	3,50	208,61	6.168,87
TOTAL:	100.692,97			4.705,75		9.670,82	115.069,54



		PREVIDÊNCIA SOCIAL Secretaria de Políticas de Previdencia Social			
	DEMONSTRATIVO CO	ONSOLIDADO DE PA	ARCELAMENTO -	DCP	
4. ASSINATURAS					
ENTE:	Prefeitura Municipal de São Bento / PB - 09.069.709/0001-18				
Representante	029.825.074-80 - JARQUES LUCIO DA SILVA II		Data://	Assinatura:	
UNIDADE GESTORA:	IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BE	NTO - 05.216.802/0001-57			
Representante	279.125.404-82 - MARTA RANIERE DA SILVA		Data://	Assinatura:	
TESTEMUNHAS					
Nome EDGLEY LIVIO BEZERRA DA SILVA			JHONATAN PEREIRA DA	A COSTA	
Cargo TESOU	IREIRO	Cargo	SECRETARIO EXECUTIV	/0	
CPF: 041.623	3.734-77	CPF:	126.505.164-02		



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 00679/2020)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: São Bento/PB CNPJ:

Endereço: PRAÇA PEDRO EULAMPIO DA SILVA.52

 Bairro:
 CENTRO
 CEP:
 58865-000

 Telefone:
 (083) 3444-2016
 Fax:

E-mail: tesourariasaobento@gmail.com
Representante JARQUES LUCIO DA SILVA II

CPF: 029.825.074-80

Cargo: Prefeito Complemento:

E-mail: jarques@hotmail.com Data início da 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO CNPJ: 05.216.802/0001-57

Endereço: AV. TERTULIANO DE BRITO, 845

Bairro: CENTRO CEP: 58865-000

Telefone: 833444-1372 Fax:

E-mail: impresb@gmail.com

Representante MARTA RANIERE DA SILVA

CPF: 279.125.404-82

Cargo: Complemento:

E-mail: impresb@gmail.com Data inicio da 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 653/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de São Bento da quantia de R\$ 1.664.180,72 (hum milhão e seiscentos e sessenta e quatro mil e cento e citenta reais e setenta e dois centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2020 a 11/2020, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São Bento confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da divida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluidas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 1.664.180,72 (hum milhão e seiscentos e sessenta e quatro mil e cento e oitenta reais e setenta e dois centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 27.736,35 (vinte e sete mil e setecentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 27.736,35 (vinte e sete mil e setecentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos), vencerá em 30/12/2020 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A divida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da divida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Divida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 653/2016.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês

09 069 709/0001-18



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 00679/2020)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilibrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,50% (zero virgula cinquenta por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

- O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios FPM como garantia de pagamento dos valores:
- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluidas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
- A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como divida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vías de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

São Bento - PB / 17/12/2020

Prefeitura Municipal de São Bento JARQUES LUCIO DA SILVA II

IMPRESB - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDECNIA DE SAO BENTO
MARTA RANIERE DA SILVA

Testemunhas

EDGLEY LIVIO BEZERRA DA SILVA TESOUREIRO CPF: 041.623.734-77 RG: 2113136 JHONATAN PEREIRA DA COSTA SECRETARIO EXECUTIVO CPF: 126.505.164-02 RG: 003777982



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010 ANO XI – São Bento – Segunda-feira, 22 de março de 2021.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

 CNPJ:
 09.069.709/0001-18
 Número do acordo:
 00679/2020
 Data de consolidação do 17/12/2020
 17/12/2020

 Ente:
 Prefeitura Municipal de São Bento / PB
 Data de assinatura do Termo:
 17/12/2020

 Título
 PATRONAL - CUSTO SUPLEMENTAR PREFEITURA
 Data de vencimento da 1ª
 30/12/2020

ei autorizativa do 653/2016

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal

 Competência
 Inicial:
 01/2020
 Final:
 11/2020
 Quantidade de Parcelas:
 60

 Diferença
 1.583.317,75
 Diferença apurada
 1.664.180,72

Valor da parcela na data de 27.736,35

Critérios de atualização para consolidação do

Índice: INPC Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa:

Critérios de atualização das parcelas

Índice: INPC Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas

 Índice:
 INPC
 Taxa de juros:
 0,50 am
 Tipo de juros:
 Simples
 Multa:
 0,50 %



Criado pela Lei Municipal nº 535/2010, de 16 de dezembro de 2010

ANO XI - São Bento - Segunda-feira, 22 de março de 2021.



					77evidencia Social								
	DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP												
3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA (VALORES INFORMADOS MANUALMENTE)													
	COMPETÊNCIA DIF	ERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	RIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO JURO	S PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA				
	01/2020	102.445,15	0,19	3,73	3.821,20	5,00	5.313,32		111.579,67				
	02/2020	103.813,72	0,17	3,56	3.695,77	4,50	4.837,93		112.347,42				
	03/2020	147.825,48	0,18	3,37	4.981,72	4,00	6.112,29		158.919,49				
	04/2020	148.639,24	-0,23	3,61	5.365,88	3,50	5.390,18		159.395,30				
	05/2020	149.400,00	-0,25	3,87	5.781,78	3,00	4.655,45		159.837,23				
	06/2020	155.080,55	0,30	3,56	5.520,87	2,50	4.015,04		164.616,46				
	07/2020	154.833,17	0,44	3,10	4.799,83	2,00	3.192,66		162.825,66				
	08/2020	155.898,30	0,36	2,73	4.256,02	1,50	2.402,31		162.556,63				
	09/2020	155.658,25	0,87	1,85	2.879,68	1,00	1.585,38		160.123,31				
	10/2020	155.055,02	0,89	0,95	1.473,02	0,50	782,64		157.310,68				
	11/2020	154.668,87	0,95	0,00	0,00	0,00	0,00		154.668,87				
	TOTAL:	1.583.317.75			42.575.77		38.287.20		1.664.180.72				

PORTARIA Nº 017/2021

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO BENTO – IMPRESB, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei 8.666/93, que trata das Licitações e Contratos Administrativos.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores: JHONATAN PEREIRA DA COSTA, matrícula nº 2022, EDGLEY LÍVIO BEZERRA DA SILVA, matrícula nº 2021 e MARIA APARECIDA DANTAS, matrícula nº 2024, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Licitação do Instituto Municipal de Previdência de São Bento – IMPRESB.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Bento (PB), 17 de março de 2021.

MARTA RANIERE DA SILVA **PRESIDENTE**

ATOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

EDITAIS E AVISOS